

Anacom alega  
interesse público  
nas terminações  
móveis  
Pág. 10

PESCAS

# Os 40 milhões prometidos aos pescadores chegam esta semana

Governo  
vai também  
acabar  
com taxas e  
“burocracias”  
nas pescas,  
que trarão  
poupanças



Jaime Silva e Miguel Cunha | O ministro da Agricultura e o líder dos armadores de pesca industrial estiveram em “confronto” durante a greve das pescas.

Filipe Paiva Cardoso  
filipecardoso@mediafin.pt

Os 40 milhões de euros prometidos pelo Governo aos pescadores vão estar finalmente disponíveis. Esta foi uma das primeiras medidas anunciadas para desmobilizar a greve das pescas realizada em Junho, mas também aquela que demorou mais tempo a ver a luz do dia, o que já estava a gerar desconforto no sector.

Segundo fonte do Ministério de Jaime Silva, a linha de crédito a cinco anos, sem juros e com um ano de carência, deverá ser hoje oficializada em Diário da República, dias após a Associação de Armadores de Pesca Industrial (Adapi), uma das promotoras da greve, ter vindo a público “lamentar o silêncio” do Governo sobre a promessa feita aos pescadores a 4 de Junho.

Miguel Cunha, líder da Adapi, apontou ao **Negócios** desconhecer as condições que vão ser aplicadas à linha de financiamento. “Foi a única medida à qual não tivemos acesso ao rascunho”, apontou, sublinhando que “apesar de termos enviado recentemente uma carta ao

ministério com perguntas”, ainda não obtiveram qualquer resposta. Sobre o atraso da medida – que tem efeito retroactivo a Julho –, Miguel Cunha apontou que tal foi prejudicial para o sector, em especial por causa “de um cenário em que o custo do dinheiro está a subir e as empresas endividadas”.

O responsável ainda lembrou que “só depois de ver a regulamentação é que será possível perceber se a linha de crédito é exequível”, lembrando ao **Negócios** que “quando foi aplicado o ‘minimis’ [empréstimo a fundo perdido até 7.500 euros] à pesca quase nenhuma empresa conseguiu concorrer” tais eram as dificuldades no acesso.

**Taxas já começam a desaparecer**  
Apesar desta chamada de atenção, o que é certo é que os armadores estão, de maneira geral, satisfeitos com a concretização das promessas (ver caixa) de Jaime Silva, ministro da Agricultura, já que à excepção do atraso com o crédito, tudo o resto tem corrido conforme o esperado. “Tem corrido bem”, disse o líder da Adapi. Entre as medidas prometidas

## O ESTADO DAS MEDIDAS DE JUNHO

- **Isenção da taxa social única (TSU)**  
O Governo aprovou a isenção de três meses no pagamento de TSU na pesca. A medida entrou em vigor a 23 de Julho.
- **Redução da taxa na Docapesca**  
Esta foi uma das primeiras medidas a entrar em vigor. O Governo reduziu de 4% para 2% a taxa de vendagem na Docapesca para barcos a gasolina.
- **Criação de grupo de trabalho**  
O grupo de trabalho entre o sector e o Governo para estudar as taxas e licenças aplicadas à pesca já produziu resultados.
- **Reconfiguração do Promar**  
O reforço das verbas para a reestruturação do sector viu a luz logo a 1 de Julho, na apresentação do Programa Operacional das Pescas 2007/13.
- **Linha de crédito bonificado**  
São 40 milhões de euros, sem juros, a reembolsar em cinco anos e com um de carência. Entra agora em vigor.

estava a criação de um grupo de trabalho para “examinar as taxas e licenças” aplicáveis à pesca, e este já deu frutos. “O relatório já está nas mãos da tutela. Em três reuniões chegámos a um acordo fácil”, apontou Miguel Cunha, apontando exemplos de “burocracias e detalhes” que vão ser mudados.

“Quando um tripulante vai de férias e precisamos de pôr outro no seu lugar, é preciso preencher três papéis e pagar 50 euros por caso... E isto sucede sempre que alguém vai de férias ou mete baixa... e penaliza muito os custos por barco”, algo que agora chegará ao fim. “Vamos poder unificar os processos e pagar uma só vez”. Outro exemplo prende-se com os 200 euros, além do combustível, que cada barco médio pagava aquando de um reabastecimento para “uma vistoria obrigatória” ao tanque – que nos barcos grandes chegava aos 2.000 euros.

“Conseguimos acordar que em vez de pagarmos por cada vistoria, passamos a pagar uma taxa de policiamento, que reduz os custos dos 200 para os 40 euros num barco médio”, sintetizou.

## IMPACTO DO GRUPO DE TRABALHO

- **Três reuniões para decidir**  
O grupo de trabalho reuniu-se três vezes antes de elaborar o relatório final. Este está agora com a tutela que deverá validá-lo.
- **Unificação de processos**  
Segundo a Adapi, cada tripulante que era substituído num barco, por férias ou baixa, obrigava ao preenchimento de três folhas e ao pagamento de 50 euros à capitania. Agora os armadores poderão unificar todos os processos e pagar apenas por uma vez 50 euros.
- **Redução do custo da vistoria aquando do abastecimento**  
O custo da vistoria ao auto-tanque de uma embarcação são 200 euros por barco médio e 2.000 euros por barco grande, segundo a Adapi. E este era um processo que sucedia várias vezes e que agora vai ser substituído por uma “taxa de policiamento” que reduz o custo de 200 euros para 40 euros, nos barcos-médios.